



POLÍTICAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PROFESSORES DA ESCOLA BÁSICA SOBRE O *BULLYING*

Jociane Emília Silva Geronasso¹ – PUCPR/SMED-Araucária

Agência Financiadora: CAPES

Resumo:

Este texto apresenta as representações dos professores sobre o *bullying* e como as políticas sociais e educacionais estão se referindo a este fenômeno. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista estruturada com 51 professores de escolas públicas. Os dados foram sistematizados com o *Software Sphinx Léxica* e como aporte teórico apoiou-se na análise de conteúdo de Bardin (2009) e das representações sociais de Moscovici (2009). As representações dos professores apontam acerca do *bullying* como um fenômeno ancorado na agressão verbal de maneira aleatória e não como um processo contínuo. As políticas sociais e educacionais parecem deixar para outras instâncias a orientação e prevenção do fenômeno *bullying*, já que esta situação apresenta-se em um novo espaço/formação dos educadores, ficando o profissional prejudicado para a construção de estratégias de intervenção diante das situações que esse ato provoca na escola.

Palavras-chave: Formação de Professores. Representações Sociais. *Bullying*. Políticas Educacionais.

Introdução

Este texto apresenta um estudo sobre as representações que os professores da escola básica têm sobre o *bullying* e como esse fenômeno refere-se em relação às políticas educacionais e sociais. A violência sempre existiu, mas atualmente, com a ampliação da vinculação diária da mídia, a população tem maior consciência de sua existência e apresenta maior preocupação em sua relação. Nas escolas, apesar de ser um local considerado de garantia de segurança para os pais deixarem seus filhos, a presença da violência é muito significativa.

Uma das formas de violências que se encontram nas escolas de educação básica é o *bullying* que não pode ser confundido com violência de um modo geral. Sem termos

¹ Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade do Paraná. Professora da Rede Municipal de Ensino de Araucária –PR. jociane.geronasso@gmail.com

equivalentes em português, é um fenômeno que apresenta características próprias, tendo sua definição como

[...] um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas que ocorrem sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos contra outro(s), causando dor, angústia e sofrimento. Insultos, intimidações, apelidos cruéis, gozações que magoam profundamente, acusações injustas, atuação de grupos que hostilizam, ridicularizam e infernizam a vida de outros alunos levando-os à exclusão, além de danos físicos, morais e materiais, são algumas das manifestações do comportamento *bullying*. (FANTE, 2005, p. 28-29).

O fenômeno do *bullying* sempre esteve presente nas escolas, no entanto é a partir da década de 1990 que ele começa a fazer parte de investigações científicas. Nesse sentido, Nogueira (2007, p. 93) relata que “pesquisadores de todo o mundo atentam para esse fenômeno apontando aspectos preocupantes quanto ao seu crescimento e, principalmente, por atingir os primeiros anos de escolaridade”. O *bullying* pode causar medo, constrangimento, angústia e raiva reprimida, o que vem interferindo no processo de ensino e aprendizagem, como aponta Fante (2005, p. 24).

A presente pesquisa, vinculada a dois grupos de pesquisa, pretende apresentar, com a contribuição da teoria das representações sociais, as representações dos professores da escola básica sobre o fenômeno *bullying* e como as políticas sociais e educacionais procuram compreender essa relação, analisando como esses profissionais encontram-se face às mudanças que o trabalho envolve em relação a esse fenômeno que até vítimas vem suscitar. Os professores hoje lidam com uma diversidade maior em sala, já que o acesso ao ensino público tornou-se obrigatório para a educação básica, o que leva os profissionais a ter a exigência de organizar diferentes situações de aprendizagem e realizar encaminhamentos de mediação entre os alunos, sendo no ambiente escolar onde acaba ocorrendo o encontro das diversidades.

Representações sociais e a metodologia de trabalho

Este estudo teve como aporte teórico a Teoria das Representações Sociais, teoria elaborada por Serge Moscovici, na França, após a publicação do seu trabalho intitulado *La Psychanalyse, son image et son public* (1961). Sá (1996, p. 30), ao falar do conceito e definição das representações sociais, afirma que captar as representações sociais dos indivíduos se dá de forma fácil, mas fazer a conceituação de seu conceito não é, com isso, a definição das representações sociais pode acabar resultando em uma redução de seu alcance conceitual, já que induz o leitor a fazer a sua definição. Moscovici coloca-nos que as

representações sociais podem ser entendidas como

[...] um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum. (MOSCOVICI, apud SÁ, 1996, p. 31).

O objetivo desta teoria “[...] é explicar os fenômenos que envolvem o homem a partir de uma perspectiva coletiva, não perdendo de vista a individualidade deste homem” (MOSCOVICI 1988, apud FREAZA, 2010, p. 10).

No Brasil, pesquisas utilizando a representação social desenvolveram-se nos anos 80 e, desde então, apresentam um grande crescimento. Conhecer as representações que os professores têm sobre o *bullying* é conhecer a interação que esses profissionais têm com o objeto desse estudo. Moscovici (2009, p. 40) indica que “todas as interações humanas, que surjam entre duas pessoas ou entre dois grupos, pressupõem representações” e essas representações são essenciais para que se compreenda como o fenômeno *bullying* está se relacionando atualmente com o trabalho docente.

Para a realização dessa pesquisa, como respaldo metodológico, optou-se por uma abordagem qualitativa, apoiando-se em Bogdan e Biklen (1994) e Lüdke e André (1986). Inicialmente, na primeira parte, realizou-se um levantamento bibliográfico sobre as políticas sociais e educacionais, as representações sociais e a violência escolar, com enfoque ao *bullying*. Paralelamente ao levantamento bibliográfico, houve o levantamento das legislações educacionais (leis, decretos, portarias, etc.) relacionadas à formação de professores de escola básica e sobre o *bullying*. As legislações, como a Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), dentre outras, foram priorizadas na análise dos dados.

A segunda parte compreendeu a coleta de dados, por meio de uma entrevista estruturada realizada em Curitiba-PR e em seis municípios de sua região metropolitana: Almirante Tamandaré, Araucária, Campo Largo, Colombo, Pinhais e São José dos Pinhais, sendo realizada em uma escola municipal e outra estadual de cada município, ambas situadas em bairros de grande vulnerabilidade social.

Em cada estabelecimento de ensino, foram entrevistados 20% do total de cada categoria. Os professores assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido e tiveram o sigilo de sua identidade garantida antes do início das entrevistas, bem como uma explicação prévia do objetivo do estudo.

Os professores entrevistados demonstraram interesse em responder às perguntas e foram sempre solícitos na entrevista. Às vezes, as entrevistas eram interrompidas devido à solicitação do professor pelo pedagogo, alunos ou direção. Muitos professores também encontraram no momento da entrevista uma oportunidade de fazer um desabafo entre uma pergunta e outra devido aos inúmeros problemas que eles encontram nas escolas. Dessa forma, era necessário fazer uma retomada das questões propostas para que não fosse perdido o foco da questão. Em algumas vezes, o entrevistado respondia outra coisa do questionado, necessitando, assim, refazer a pergunta e detalhar ao que esta se referia. No início da entrevista estruturada havia questões que permitiram fazer uma caracterização mais detalhada desses entrevistados. Também foi feita uma entrevista para a caracterização do espaço escolar, por meio de um instrumento próprio.

A terceira parte compreendeu a análise dos dados coletados, utilizando-se do aporte teórico das representações sociais, das políticas educacionais e dos estudos sobre *bullying*. Os dados referentes às questões fechadas foram organizados e tabulados pelo *Software Sphinx Léxica*, em tabelas. Os dados das questões abertas foram sistematizados e analisados com apoio na análise de conteúdo e do aporte teórico indicado.

A análise de conteúdo de Bardin (2009) foi utilizada por permitir fazer a explicação e a sistematização do conteúdo e o esclarecimento do significado que está implícito nas mensagens.

A legislação em relação ao fenômeno *bullying*

Na legislação atual, a preocupação para que os direitos das crianças e dos adolescentes sejam garantidos quanto a sua integridade física e intelectual tem como legislação principal o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ele tem como princípio que toda criança e adolescente tem direito à educação e, também, normatiza no art. 5.º que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990). A lei propõe então que o Estado garanta, nas políticas sociais, o direito à criança e ao adolescente e para que isso ocorra é preciso que os alunos tenham forma de prevenir, evitar e punir quando existir atos de *bullying* nas escolas. Todos são responsáveis por isso, conforme estabelece o art. 18 do ECA: “é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer

tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (BRASIL, 1990). Com isso, cabe ao professor promover um trabalho que priorize este desenvolvimento integral do seu aluno mediante o apoio do governo e da sociedade.

Como o *bullying* é um problema que, geralmente, ocorre nas escolas e o professor de Educação Básica é o profissional que atua diretamente com as crianças e adolescentes, devido aos problemas gerados por esse fenômeno, muitas pesquisas têm sido realizadas para alertar a sociedade e os responsáveis por políticas educacionais sobre a necessidade de que providências são imprescindíveis para a superação e a prevenção desse ato. O Estado tem uma importância fundamental para a promoção de políticas públicas e ações de superação, prevenção e notificação. As políticas públicas são ações que o Estado normatiza para subsidiar as necessidades da sociedade e uma das formas de sua manifestação são as políticas educacionais.

As principais legislações, tendo como cunho a garantia da liberdade e do respeito, elementos que são garantias constitucionais a todos os brasileiros, são o ECA (1990), a LDB 9394/96, o PNE/2001 e as leis municipais *antibullying*.

A criação e a implementação de legislações estabelecem uma mobilização da sociedade para a construção de uma sociedade mais democrática, avançando em direção de condições favoráveis para que os atos de *bullying* sejam eliminados e que o direito de todos seja garantido na forma da lei. A Lei n.º 5.089/09, da cidade do Rio de Janeiro, apresenta como proposição para a superação do *bullying* normas voltadas à prevenção e ao combate à prática do *bullying* nas escolas, a capacitação dos docentes e da equipe pedagógica, a inclusão de regras contra o *bullying* no regimento interno da escola, a orientação das vítimas, agressores e o envolvimento da família para que esta perceba, acompanhe e ajude em uma solução conjunta. Essas ações são para as escolas públicas de educação básica do município e deverão ser incluídas no projeto político-pedagógico.

O Decreto n.º 51.290, de 11 de fevereiro de 2010, da cidade de São Paulo, tem como ações propostas a iniciativa da realização de palestras, seminários, debates e exposições; desenvolvimento de atividades direcionadas aos pais, formação dos docentes e outros membros da equipe escolar e a inclusão da temática no projeto pedagógico e no regimento da unidade educacional.

A Lei n.º 13.632/2010, da cidade de Curitiba, estabelece para que haja a disseminação do fenômeno, a capacitação dos docentes e das equipes pedagógicas para que estes profissionais tenham capacidade de realizar o diagnóstico.

Essas leis apresentam sugestões de formação pedagógica a todos os profissionais da educação para o combate do fenômeno. Mas como será realizada essa formação ainda fica muito obscuro. Só a implementação de uma legislação não garante a superação do *bullying* e a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. É preciso que diante dessa legislação se garanta uma formação inicial e continuada de qualidade para os educadores, para que estes tenham condições de realizar medidas que realmente contribuam para a prevenção do fenômeno. É preciso que as medidas sejam adequadas aos profissionais da educação para garantir condições de trabalho satisfatórias, condições de vida adequadas aos alunos e suas famílias e, acima de tudo, organizar a escola de forma que sejam implantadas culturas e políticas de paz e para o fortalecimento das relações escolares.

Representações de professores da escola básica sobre o *bullying*

Ao buscar a representação dos 51 professores da escola básica de Curitiba-Paraná e da região metropolitana, observa-se que 32 professores (62,7%) são provenientes de escola estadual e 19 professores (37,3%) são de escolas municipais. A sua maioria está na faixa etária entre 26 e 36 anos, totalizando 17 professores, e outros 14 professores estão entre 37 e 47 anos. Somando essas duas categorias, encontra-se mais da metade dos entrevistados entre 26 e 47 anos. Desses professores, 74,5% pertencem à classe branca, somando 38 profissionais, e a sua maioria 80,4% do sexo feminino. Dessa forma, é possível inferir que a maioria dos profissionais são mulheres, caracterizando assim a feminização do magistério. As análises de Hoyle (1987, apud SACRISTÁN, 1995, p. 66), sobre o grande número de mulheres que adentrou a esse mercado, indicam ser este “um dos fatores que determinam o pouco prestígio da profissão docente”. A maioria dos profissionais (74,5%) tem casa própria e quitada e nas residências pesquisadas, 38 (74,5%) apresentam seis cômodos ou mais. A maioria desses profissionais apresenta renda familiar entre 5 a 7 salários (43,2%) e os professores pertencem a famílias com poucos membros, ou seja, 66,6% moram com até 3 pessoas.

Os dados sistematizados que envolvem professores que dizem “sentir medo” ao estarem na escola indicam que 18 (35,3%) professores dos 51 entrevistados afirmam que sim. Dos professores que afirmaram “sentir medo”, oito se referiram a brigas, sete se referiram à ameaça, uso de armas e invasão de pessoa estranha a escola e seis fazem menção a gangues. Em relação ao último item, da invasão, no momento da pesquisa ocorreu um episódio desses

em um dos municípios pesquisados. Uma pessoa armada invadiu uma das escolas devido à falta de muro no estabelecimento e quando perguntado sobre se o professor já sentiu medo na escola, em especial neste município, todos os professores se referiram a esse acontecimento e apontaram que já sentiram medo no seu local de trabalho. Também foram citados problemas relacionados a gangues, roubos/furtos, traficantes e alunos.

Diante desses fatos de violência, o professor parece se sentir intimidado na escola e desamparado para tratar sobre o assunto devido ao desconhecimento de como agir e à carência de políticas que promovam um suporte para essa ação. O professor se sente só na tentativa de sanar os problemas de violência, sentindo-se cada vez mais desafiado no objetivo de prevenir a violência que se apresenta de diversas formas e tem aumento descontrolado, assustando a sociedade e fazendo com que as relações pedagógicas sejam afetadas de forma significativa.

Sobre manifestações de *bullying*, os dados mostram que 84,3%, ou seja, 43 professores pesquisados informam já haver presenciado, entre os alunos, insultos, deboches e ameaças. Para as manifestações por meio de insultos, deboches e ameaças, o meio mais utilizado é o pessoalmente, sendo o mais relatado, inferido por 42 (82,4%) professores. Dentre os alunos envolvidos, segundo os professores, há mais casos entre os meninos, englobando 49,0% e entre meninos e meninas 41,2%.

A respeito das ações dos professores frente às vítimas, percebe-se que a maioria deles encaminha à direção e/ou supervisão, promove conversas com os alunos ou a turma, solicita que os pais compareçam na escola para conversar. A respeito dos espaços físicos da escola que apresentam maior incidência de *bullying*, observou-se que 45,1% dos professores afirmam que esse espaço é a sala de aula, 31,4% afirmam ser o pátio/recreio e 27,5% afirmam não haver locais específicos para a ação.

Os casos mais frequentes que estão relacionados ao *bullying*, conforme indicaram os professores, estão relacionados ao peso – crianças muito gordas ou muito magras (68,6%), aparência estética – alunos que apresentam alguma deformação estética ou aquelas que segundo o grupo não são consideradas bonitas (60,8%), raça e sexualidade – preconceito aos alunos normalmente negros, pardos, indígenas e asiáticos ou alunos que apresentam comportamentos considerados homossexuais (47,1% para cada segmento), dentre outros.

Frente a isso, questiona-se como prevenir a prática do *bullying*, já que esse é um problema social que vem quase que impossibilitando a ação dos professores no processo de ensinar e aprender. Os professores geralmente ouvem falar de *bullying*, mas a maioria desconhece o fenômeno, como mostram os dados da pesquisa realizada.

Em relação ao termo *bullying*, 95,5% dos professores já ouviram falar e dentro das constatações, percebe-se muito como xingamento, agressão verbal e “tiração de sarro”. Mas em poucas situações é mostrado que essa agressão ocorre de forma contínua. Dos profissionais pesquisados, 97,7% têm em sua opinião o *bullying* como uma forma de violência. Ao perguntar aos professores que tipos de manifestações ocorrem na escola, que você caracteriza como *bullying*, após ser realizada uma breve definição sobre o conceito de *bullying* como sendo o que se “caracteriza como uma ação/comportamento de forma repetitiva, por um período prolongado, contra uma mesma vítima, mais frágil que o agressor”, foram obtidas as falas relacionadas a xingamento, apelidos, agressões, tapas, ficar perseguindo. O que mais chamou a atenção a esse respeito é que após essa explicação, alguns professores ficaram com medo de identificar essas manifestações e declaram que na escola não havia casos de *bullying* ou que eles desconheciam a sua presença na escola.

As falas a seguir deixam clara a contradição entre o que afirmaram ter observado sobre a existência entre os alunos de deboche, insultos e ameaças, ao indicarem a não existência de *bullying* no espaço da sua sala de aula.

Desconheço. (P08)

Não tem muita frequência porque já coibimos na sala. (P11)

Não percebi. (P29)

Não percebi este comportamento em meus alunos, apenas alguns apelidos. (P40)

Constatou-se na investigação que a maioria dos professores apresenta a ideia do conceito *bullying* ancorada na agressão verbal, sem preocupar-se com a principal característica do *bullying* que são ações repetitivas, pois apenas 1 dos 51 professores entrevistados indicou a questão da continuidade, apesar de terem ouvido falar e da grande divulgação do fenômeno pela mídia.

Os professores geralmente ouvem falar de *bullying*, mas a maioria desconhece o fenômeno, como mostram os dados da pesquisa realizada. Em relação ao termo *bullying*, 92,2% dos professores já ouviram falar e dentro das constatações percebe-se muito como xingamento, agressão verbal e “tiração de sarro”, mas somente um professor respondeu que o *bullying* é um conjunto de atitudes que apresenta uma trajetória, ou seja, mostra que essa agressão ocorre de forma contínua.

A formação inicial, ao ser realizada com qualidade, segundo Imbernón (2009, p. 55), apresenta um “[...] conjunto de atitudes, valores e funções que os alunos [...] conferem à profissão”, que atendam às “mudanças e transformações em consonância com o processo socializador que ocorre nessa formação inicial”. Essa formação é a entrada do indivíduo no

processo de profissionalização.

Em relação à formação inicial recebida, 37 (72,6%) professores indicaram que não foi trabalhado o tema *bullying* no espaço/tempo dessa formação, 13 (25,5%) professores indicam que a temática foi tratada e 1 (2,0%) professor não apresentou resposta.

Ao serem instigados a refletirem sobre os subsídios que a formação inicial recebida propiciou à superação das questões relacionadas ao *bullying* na escola², 25 (46,3%) professores entrevistados declaram que essa formação inicial ajudou muito na parte teórica.

Para o desenvolvimento do trabalho docente, é necessária uma formação inicial eficaz e para isso é preciso de políticas educacionais de formação de professores que ajudem nesse processo. A formação inicial do professor é a base profissional desse indivíduo. De acordo com Imbernón (2009, p. 41) “[...] essa formação inicial é muito importante já que é o início da profissionalização, um período em que as virtudes, os vícios, as rotinas etc. são assumidos como processos usuais da profissão”. É fundamental que o professor, hoje, busque uma formação continuada, já que esta é um processo subsequente em decorrência das mudanças da sociedade e cabe ao professor acompanhar a evolução social.

Grande parte dos entrevistados, ou seja, 25 (46,3%) afirmaram que a formação inicial em relação ao *bullying* apresentou o seguinte:

A base teórica a partir de alguns autores. (P08)
Ela permitiu teoria para trabalhar com as questões. (P24)

Mas 9 (16,7%) professores foram enfáticos ao dizerem que a formação inicial não tratou do assunto adequadamente, conforme os depoimentos que seguem:

Não foi tratada na formação inicial. (P05)
Nenhum, pois tive que aprender a lidar com as situações sozinha. (P14)
Ela ajudou um pouco, mas ela omitiu mais que ajudou. (P18)

Sobre os aspectos que a formação inicial deixou a desejar para a superação do fenômeno *bullying* na escola, 21 (36,2%) professores indicaram que houve pouca prática, apresentando uma falta de experiência, 18 (31,0%) indicam que os temas não foram tratados e 8 (13,8%) que foram realizadas discussões sobre o assunto.

A formação inicial de qualidade é de grande relevância ao trabalho do professor. Essa formação é o momento que marca a entrada do professor no espaço profissional, como indicam Huberman (1995) e Marcelo Garcia (1999). É necessária uma formação profissional

² As questões que foram abordadas aos professores em relação a sua formação inicial são: dos direitos das crianças e adolescentes, diversidade, multiculturalismo, violência e *bullying*. Para a análise dos dados, priorizou-se somente as respostas em relação ao *bullying*.

de qualidade para que se tenha um ensino de qualidade na Educação Básica e que possam ser refletidas nos resultados dos índices no Brasil.

No entanto, constata-se que as políticas públicas para formação de professores no Brasil, como apontam Souza e Villas Bôas (2011), não atendem às necessidades dos processos de formação e de condições de trabalho do professor.

Sobre a formação inicial, os professores apontaram como problema o não tratamento do *bullying* e a pouca inserção da prática e da falta de informações para se tratar com as situações diárias. Sobre isso, disseram os professores entrevistados:

Muita teoria e pouca prática – muito se aprende na prática. (P01)

Não prepara para enfrentar. (P13)

Isso a gente não aprende na teoria. Aprende na prática. Faltou a prática. (P16)

Tudo em relação aos dias de hoje. Na época os alunos eram outros, havia mais respeito, idem aos pais, irmão. (P51)

No depoimento dos professores, percebe-se que a formação não propiciou para o professor um crescimento amplo, já que a maioria considerou que essa formação deixou a desejar em relação ao *bullying* e que não houve relação entre a teoria e a prática para esses profissionais que atuam na área de educação.

Muitos dos profissionais, infelizmente, consideram a sua formação de uma forma desmotivadora, apontando deficiência na matriz curricular do curso realizado, bem como uma preparação inadequada para o desenvolvimento do trabalho docente, já que a maioria dos professores faz uma avaliação negativa de sua formação.

O quadro de formação profissional apresentado pelos entrevistados é preocupante, pois alegam haver uma formação deficitária e que não prepara para as novas relações que estão no trabalho docente, caracterizando assim uma imagem negativa do professor e de sua formação profissional.

Diante desses fatores, constata-se que a representação dos professores da escola básica sobre o fenômeno do *bullying* reflete como uma interferência muito forte no trabalho educativo e que as políticas de formação de professores não priorizam esse fenômeno.

Algumas das políticas sociais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e das “Leis antibullying” são um caminho inicial para que a sociedade pense no assunto e que se desenvolvam mais políticas e ações para o enfrentamento do fenômeno no espaço escolar. Essas políticas têm como principal objetivo a garantia do direito dos cidadãos.

Para fugir da triste realidade que aflige hoje a educação nacional, é preciso que os profissionais da educação apresentem uma formação de qualidade, para que possam realizar

um trabalho de qualidade com os alunos. Estes seriam fatores que poderiam melhorar os níveis de desenvolvimento no Brasil.

Para pensar...

Os professores, hoje, lidam com uma diversidade maior em sala, já que o acesso ao ensino público tornou-se obrigatório para a educação básica. Isso leva os profissionais a ter a exigência de organizar diferentes situações de aprendizagem e realizar encaminhamentos de mediação entre os alunos, sendo no ambiente escolar que acaba ocorrendo o encontro das diversidades, pois “tais mudanças refletem necessariamente sobre o espaço escolar transformando-o em outra coisa, ainda que se busque manter as mesmas regras e estruturas” (OLIVEIRA, 2009, p. 23).

Nesse trabalho, concorda-se com Charlot (2005) que os estudos das violências presentes nas escolas vêm se ampliando a partir do final da década de 1990, tendo em vista o acréscimo das violências na sociedade retratada pela mídia.

Diante desses fatos de violências, o professor parece se sentir intimidado na escola e desamparado para tratar sobre o assunto devido ao desconhecimento de como agir e à carência de políticas que promovam um suporte para essa ação e para todo o trabalho docente realizado na escola. O professor se sente só na tentativa de sanar os problemas de violência, sentindo-se cada vez mais desafiado no objetivo de prevenir a violência que se apresenta de diversas formas e tem aumento descontrolado, assustando a sociedade e fazendo com que as relações pedagógicas sejam afetadas de forma significativa.

Ao professor, hoje, é dada a tarefa de desenvolver um papel tanto nas questões da aprendizagem escolar quanto em questões sociais que envolvem o aluno. Ao professor faz-se necessário estar atento às questões de *bullying* às quais os alunos estão expostos no espaço escolar, pois é nesse espaço que elas se concretizam em situações de xingamento, apelidos e empurrões, que são atos que muitas vezes passam despercebidos aos profissionais da educação.

Os resultados apresentados permitem traçar um panorama da representação que o professor da escola pública tem em relação ao *bullying* e apontar que as políticas educacionais propostas, tendo como base a legislação pós-promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), não contemplam esse fenômeno nas legislações decorrentes da LDBEN, mesmo apesar de o *bullying* sempre existir e seus estudos científicos terem se iniciado na década de 1980. Em contrapartida, o profissional que atua na escola de educação

básica já se depara com esses atos de violência diariamente e ele sente necessidade de intervir diante dessa situação. Faz-se necessário, portanto, políticas que priorizem a formação e a valorização dos profissionais da educação.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.
Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 16 jun. 2011.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Casa Civil. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm >. Acesso em: 12 maio 2011.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 7 out. 2010.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização**: questões para a educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CURITIBA. Câmara de Curitiba. Lei Ordinária n.º 13.632, de 18 de novembro de 2010. Dispõem sobre a política “*antibullying*” nas instituições de ensino no município de Curitiba. **Diário Oficial do Município**, Curitiba, n. 87, 23 nov. 2010. Disponível em:
<http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&ordena=005.00123.2010&popup=s&chamado_por_link&pro_id=63227>. Acesso em: 06 abr. 2011.

FANTE, Cléo. **Fenômeno bullying**: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campinas: Verus Editora, 2005.

FREAZA, Valesca Moreira. **Aposentadoria**: prêmio ou castigo? Um estudo exploratório. 2010, 137 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Administração) – Faculdade de Economia e Finanças – IBMEC, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:
<http://www.ibmecrj.br/sub/RJ/files/dissert_mestrado/ADM_valescafreaza_mai10.pdf>. Acesso em: 15 de maio 2011.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. Certificação docente e formação do educador: regulação e desprofissionalização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 85, p. 1095-1124, dez. 2003. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.com.br>>. Acesso em: 09 out. 2011.

GARCIA, Carlos Marcelo. **Formação de professores**: para uma mudança educativa. Porto: Porto Editora, 1999.

HUBERMAN, A. M. O ciclo de vida profissional dos professores e seu desenvolvimento profissional. In: NÓVOA, Antonio: **Vida de professores**. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1995. p. 31-62. (Coleção Ciências da Educação). ISBN 972-0-34104-1.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2002.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: Investigações em Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2009.

NOGUEIRA, Rosana Maria César Del Picchia de Araújo. **Violências nas escolas e juventude**: um estudo sobre o *bullying*. 2007. 258f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Política educativa, crise na escola e a promoção de justiça social. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Lei n.º 5.089, de 06 de outubro de 2009. Dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate ao *bullying* escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências. Disponível em: <http://www.soperj.org.br/nsocio/textos_detalhe.asp?Id=959>. Acesso em: 18 jan. 2012.

SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo central das representações sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

SACRISTÁN, J. G. Consciência e acção sobre a prática como libertação profissional dos professores. In: NÓVOA, A. (Org.). **Profissão professor**. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1995.

SÃO PAULO. Prefeitura do Município de São Paulo. Decreto n.º 51.290, de 11 de fevereiro de 2010. Regulamenta a Lei n.º 14.957, de 16 de julho de 2009, que dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate ao *bullying* escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas da Educação Básica do Município de São Paulo. Disponível em: <<http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Projetos/supervisao/Anonimo/DOC2010/D51290INCLUIBullyingNoPP.htm>>. Acesso em: 19 jan. 2012.

SOUZA, Clarilza Prado de; BÔAS, Lúcia Pintor Santiso Villas. **Contribuições para as políticas de formação de professor**. In: Jornada Internacional sobre Representações Sociais, 7. Conferência Brasileira sobre Representações Sociais, 5. 2011, Vitória. Anais dos programas e resumos: GM Editora, 2011. p. 46.

